

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ

RENATA LOPES DO NASCIMENTO

**A QUESTÃO DA EXIGIBILIDADE DO DIREITO
FUNDAMENTAL AO DESENVOLVIMENTO**

Rio de Janeiro

2015

RENATA LOPES DO NASCIMENTO

**A QUESTÃO DA EXIGIBILIDADE DO DIREITO
FUNDAMENTAL AO DESENVOLVIMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Público e Evolução Social, da Universidade Estácio de Sá, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Direito.

Orientador: Dr. Vinícius Scarpi.

Rio de Janeiro

2015

R244q Nascimento, Renata Lopes do
Questão da exigibilidade do direito fundamental ao desenvolvimento / Renata
Lopes do Nascimento. – Rio de Janeiro, 2015.
108f. ; 30cm.

Dissertação (Mestrado em Direito)-Universidade Estácio de Sá, 2015.

1. Direito. 2. Direitos fundamentais. 3. Desenvolvimento. 4. Exigibilidade. 5.
Liberdade. 6. Sen, Amartya. I. Título.

CDD 340



Estácio

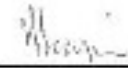
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

CURSO DE MESTRADO EM DIREITO

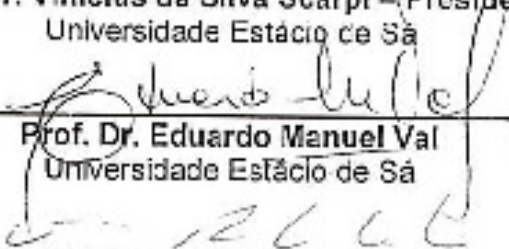
Ata da Defesa da Dissertação de Mestrado apresentada por

RENATA LOPES DO NASCIMENTO


Aos nove dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, na Unidade Menezes Côrtes da Universidade Estácio de Sá, na sala 43 no 16º andar, realizou-se a defesa pública da Dissertação de Mestrado intitulada **A QUESTÃO DA EXIGIBILIDADE DO DIREITO FUNDAMENTAL AO DESENVOLVIMENTO**, candidato ao título de **Mestre em Direito**, área de concentração **Direito Público e Evolução Social**, Linha de Pesquisa **Direitos Fundamentais e Novos Direitos**, da turma de março de dois mil e treze perante a Banca Examinadora presidida pelo Prof. Dr. Vinicius da Silva Scarpi e constituída pelo Prof. Dr. Eduardo Manuel Val e pelo Prof. Dr. José Ricardo da Cunha. A sessão foi instalada às 19 h e 40 min e o Sr. Presidente deu início aos trabalhos, determinando que o candidato teria até 20 minutos para a sua exposição e que cada examinador disporia de até 20 minutos para a arguição e o candidato de igual tempo para as respostas. Terminada a apresentação do candidato, o Sr. Presidente convidou o Prof. Dr. José Ricardo da Cunha para iniciar a arguição, seguido pelo Prof. Dr. Eduardo Manuel Val. Por último, o Sr. Presidente, como orientador, expôs seus comentários sobre a dissertação. Concluída a defesa, o Sr. Presidente suspendeu a sessão pública para que a Banca Examinadora decidisse reservadamente sobre o resultado. Reiniciada a sessão, o Sr. Presidente leu o parecer da Banca Examinadora que teve como resultado a PROVAÇÃO do candidato. A sessão foi encerrada às 19 h e 30 min e a presente Ata assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.



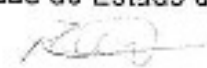
Prof. Dr. Vinicius da Silva Scarpi – Presidente
Universidade Estácio de Sá



Prof. Dr. Eduardo Manuel Val
Universidade Estácio de Sá



Prof. Dr. José Ricardo da Cunha
Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Renata Lopes do Nascimento
Candidato

Para minha família.

AGRADECIMENTOS

À minha família pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha vida hoje e sempre.

Aos meus amigos pela valiosa amizade e por dividirem comigo todas as alegrias e tristezas.

À Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa onde trabalho há oito anos, por ter me proporcionado crescer profissionalmente, pelo apoio à realização deste mestrado e por ter me permitido conhecer pessoas que se tornaram amigas e parceiras de todas as horas.

Ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito Público e Evolução Social da Universidade Estácio de Sá, especialmente ao professor e orientador Dr. Vinícius Scarpi por sua inteligência, apoio e ensinamentos; e ao professor Dr. Eduardo Val por sua sabedoria, sensibilidade e incentivo a este trabalho.

Às colegas de mestrado e de trabalho, Miriam Perez e Shirley de Oliveira, pela parceria em todos os momentos, sem a qual a experiência do mestrado e este trabalho não teriam sido os mesmos.

A todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

*Matar o sonho é matarmo-nos. É mutilar a
nossa alma. O sonho é o que temos de
realmente nosso, de impenetravelmente e
inexpugnavelmente nosso.
(Fernando Pessoa)*

RESUMO

A dissertação tem como objetivo a análise da questão da exigibilidade do Direito ao Desenvolvimento. Nesse sentido, será estudada a vinculação entre os direitos fundamentais e as noções de Constituição e Estado de Direito. Será visto, também, que o Direito ao Desenvolvimento mostra-se consagrado como um direito fundamental, tanto nacional quanto internacionalmente. Ademais, será avaliada a teoria cepalina do subdesenvolvimento, bem como a teoria desenvolvida por Amartya Sen, referencial teórico deste estudo, que aborda o aspecto das liberdades. Será analisada, ainda, a responsabilidade do Estado pela promoção do desenvolvimento através de políticas públicas, bem como a exigibilidade do Direito ao Desenvolvimento perante o Supremo Tribunal Federal (STF) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Por fim, serão apresentadas soluções para otimizar a justiciabilidade e a acionabilidade dos direitos econômicos, sociais e culturais a fim de fortalecer a efetivação do Direito ao Desenvolvimento.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais. Desenvolvimento. Exigibilidade. Amartya Sen. Liberdade.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to analyze right to development requirement at Brazilian Federal Supreme Court (STF) and Inter-American Court of Human Rights (ICHR). On this regard, it is considered the interaction between fundamental rights and notions of Constitution and State of Law. It is also considered that right to development is shown as a fundamental right, nationally and internationally. In addition, it is studied CEPAL theory and the theory developed by Amartya Sen about freedoms aspects, which is a theoretical reference of this thesis. State's responsibility for development promotion through public policies is also discussed. Finally, this thesis presents solutions to optimize "justiciability" and "acionabilidade" of economic, social and cultural rights in order to strengthen right to development application.

Keywords: Fundamental Rights. Development. Amartya Sen. Freedom.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – DIREITO AO DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE	12
1.1 Origem e evolução do Estado de Direito	12
1.2 Os direitos fundamentais na Constituição de um Estado Democrático e Social de Direito	16
1.3 Direito ao Desenvolvimento na Constituição Federal de 1988.....	19
1.4 Distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico.....	23
1.5 Teorias do Desenvolvimento	24
1.6 Desenvolvimento como liberdade.....	30
1.7 Direito ao Desenvolvimento e liberdade – uma síntese da relação.....	42
CAPÍTULO 2 - DESENVOLVIMENTO, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	44
2.1 O Direito ao Desenvolvimento nas convenções internacionais.....	44
2.2 O desenvolvimento como tema de direito internacional	48
2.3 O Estado e o desenvolvimento	53
2.4 Desenvolvimento e políticas públicas	56
2.4.1 Implementação material das políticas públicas e obrigatoriedade constitucional do planejamento	56
2.4.2 Obrigatoriedade de formulação de políticas públicas.....	59
2.4.3 Competência normativa dos poderes do Estado na formulação de políticas públicas	62
2.5 A inescusabilidade do juízo de constitucionalidade de políticas públicas.....	66
2.6 Da obrigatoriedade da promoção de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento	69
CAPÍTULO 3 – O DIREITO FUNDAMENTAL AO DESENVOLVIMENTO NO STF E NA CIDH.....	71
3.1 Sindicabilidade do Direito ao Desenvolvimento	71
3.2 Justiciabilidade e acionabilidade do Direito ao Desenvolvimento	73
3.2.1 O Direito ao Desenvolvimento no Supremo Tribunal Federal de 1988-2014	75
3.2.2. O Direito ao Desenvolvimento na Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	81
3.3 STF, CIDH e otimização da justiciabilidade e da acionabilidade do Direito ao Desenvolvimento.....	97

CONCLUSÃO.....100

REFERÊNCIAS.....103